COLONIZAR, URBANIZAR E AGORA PRESERVAR: COLONIZAÇÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS A PARTIR DO ESTUDO DE MEMÓRIAS DE MORADORES DE CAMPO MOURÃO – PR (1960- 2013)

COLONIZE URBANIZED PRESERVE AND NOW: COLONIZATION AND ENVIRONMENTAL POLITICS BASED ON THE STUDY OF MEMORIES OF RESIDENTS OF CAMPO MOURAO - PR (1960- 2013)

Jorge Pagliarini Junior[1]
Fabio Vedovatto[2]

RESUMO: O artigo estruturado em forma de relato de pesquisa apresenta resultados do estudo a respeito de questões ambientais presentes no processo de transformação da região do município de Campo Mourão - PR da década de 1960 até os dias atuais, em 2015, tendo por base um trabalho com memórias e identidades. Busca-se problematizar as transformações do campo legal e as ressignificações dos moradores sobre o processo de colonização e de urbanização da cidade e os respectivos usos da natureza presentes nesses processos, relações essas permeadas tanto pelos discursos do progresso agrário regional quanto pelas recentes cobranças de sustentabilidade ambiental. O debate estrutura-se na apresentação das duas metodologias utilizadas: a primeira mapeia leis e políticas ambientais de alcance local com o estudo do Código de Conduta do Município de Campo Mourão, produzido nos anos 1960, e o da atual Lei Orgânica Municipal de Campo Mourão. A segunda metodologia pauta-se no estudo dialógico das memórias de moradores que vivem no município desde 1960. Como resultados, destaca-se o significado da relação entre as políticas de colonização e as suas ressignificações nas narrativas, e a problematização de conceitos como os de pioneiro, comunidade, progresso e preservação ambiental, constantes nas narrativas orais.

Palavras-chave: História ambiental. Colonização. Lei orgânica. Memória e identidade.

ABSTRACT: Article structured in the form of research report presents results of the study on environmental issues present in the process of transformation of the city of Campo Mourao region - PR-1960's to the present day, in 2015, based on a job with memories and identities. The aim is to discuss the changes in the legal field and the reinterpretation of the residents about the process of colonization and city urbanization and their uses of the present nature of these processes, relations permeated by

[1] Professor Assistente do Curso de História da Unespar, Campo Mourão – PR. Mestre em História pela Unioeste/PR; Doutorando em História – PPGH/UFGD.

[2] Professor de Geografia da Rede Básica de Ensino do estado do Paraná. Graduado em Geografia e História pela Unespar, Campo Mourão – PR. Bolsista do projeto "História Ambiental, História Local e Memórias: a região da COMCAM entre décadas de 1970-2012", desenvolvido entre os anos 2012 e 2013.

both speeches by regional agricultural progress as the recent charges of sustainability environmental. The structure up debate on the presentation of the two methodologies: the first maps environmental laws and politics of local significance to the study of the field of Municipality Code of Conduct of Campo Mourao, produced in the 1960s, and the current Municipal Organic Law of Campo Mourão. The second methodology is guided in dialogic study of residents' memories living in the city since 1960. As a result, there is the meaning of the relationship between colonization politics and its reinterpretation in the narrative, and the questioning of concepts such as pioneer, community, progress and environmental preservation, included in oral narratives.

Keywords: Environmental History. Colonization. Organic law. Memory and identity.

INTRODUÇÃO

A premissa da sustentabilidade norteou a construção do Código Ambiental Brasileiro, documento reestruturado nos anos 1990. Esse código de normatizações influenciou leis municipais, amparado e contradito no cotidiano dos envolvidos com atividades agrícolas e/ou extrativistas e também de outros setores da produção econômica e do conhecimento. O estudo ora apresentado, pautado numa temática que envolve sociedade e natureza, aproxima-se dessa relação entre as leis e as suas ressignificações ao apresentar resultados da pesquisa desenvolvida entre os anos 2012 e 2013[3], estruturada na análise e reflexão de memórias da colonização regional, seja ela a resultante da intepretação de documentos, leis e imagens[4], seja resultante das entrevistas produzidas. Trata-se também de uma problemática do campo da identidade. As análises permitem a problematização de um processo histórico marcado por dois recortes temporais. Um primeiro estende-se entre as décadas de 1950 a 1980; o segundo, entre as décadas de 1990 até os dias atuais, em 2013. As problemáticas ambientais ressignificadas nas e pelas memórias delimitaram esse recorte de estudo.

Tal recorte temporal baseia-se no estudo das políticas ambientais relacionadas com diretrizes nacionais, pois se entende o período da colonização regional ocorrido desde fins da década de 1950 enquanto um momento marcado pelo incentivo na crença ao progresso, tanto do progresso advindo da urbanização quanto da transformação da natureza inóspita em agricultável, discurso apropriado de diferentes formas e graus pelos moradores da região e sintetizado nos resultados da urbanização regional. Esse discurso ainda demarca muitas das relações citadinas nos dias atuais. Por sua vez, percebemos toda uma preocupação com questões ecológicas, preocupação intensificada desde a década de 1990 — em razão do agravamento de problemas ambientais — e da qual resulta, em parte, a formulação de políticas e a elaboração de discursos que também repercutem nas memórias dos entrevistados[5].

[3] Foram realizadas seis entrevistas com moradores de Campo Mourão; elas totalizam cerca de três horas de gravações e foram produzidas, metodologicamente, a partir da aproximação com as histórias de vida.

[4] Sendo os estudos imagéticos resultantes não especificados devido à estrutura deste artigo.

[5] Pontualmente, cabe aqui uma ressalva, a de que as memórias ou as narrativas dos sujeitos não respeitam os recortes e as temáticas acadêmicas, logo, esta demarcação temporal servirá apenas à fase de análise das fontes e não marcará diretamente a produção de entrevistas e estudos imagéticos.

Ainda a título de apresentação, a pesquisa esteve estruturada em três tipos de investigação, sendo o primeiro tipo referente ao levantamento de informações históricas e bibliográficas sobre o período da colonização regional (décadas de 1950 e 1960), apresentado apenas indiretamente neste texto devido à própria estrutura do artigo. O segundo tipo de investigação, alvo de parte de nossa análise, refere-se ao estudo comparado entre leis e discursos do período histórico da colonização havida nas décadas de 1950 e 1960, análise essa pautada no estudo comparado entre o Código de Conduta de Campo Mourão daquela época e o atual contexto de regulamentação das práticas dos moradores, isso mediante a análise da Lei Orgânica vigente no mesmo município em 2012. E, finalmente, um terceiro momento de estudo estruturado na produção e análise de entrevistas sobre a trajetória de moradores e no cotejamento desse material com as demais fontes bibliográficas e outras há pouco apresentadas.

Nesse sentido, recorre-se às contribuições de Chartier quanto ao significado das representações no seu ordenamento e na hierarquia do social, postura na qual a história cultural se separa da dependência dos estudos econômicos, mas que, entretanto, opera "[...] um retorno hábil também sobre o social, pois centra as atenções sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade" (CHARTIER, 1991, p. 184). Adotando essa postura, avaliamos a relação entre a temática ambiental e as questões sobre memória e identidade com que se constituem as representações.

Tendo por base a discussão dos resultados dessas análises e reflexões, organizamos a escrita desse texto em três momentos. No primeiro apresenta-se a titulo de contextualização evidências do processo de transformação agraria no estado e analisam-se aportes teóricos e metodológicos sobre a relação sociedade e natureza, debate tomado numa abordagem histórica na qual é apresentada a análise comparada dos códigos de lei municipal; no segundo momento é destacada a análise de memórias diante da problematização de fragmentos das entrevistas produzidas; por fim, a apresentação de considerações a respeito de possíveis caminhos metodológicos para abordagens da mencionada temática sociedade e natureza, isso feito a partir das problemáticas epistemológicas da relação História, memória e identidade, mantendo-se o olhar na relação entre memórias fortes, instituidoras de identidades, e a erupção de novas memórias — memórias fracas (CANDÄU, 2011), aqui associadas aos cuidados com a natureza.

Enfim, a construção dessa relação histórica entre código de leis e fontes orais está direcionada por um conjunto de questionamentos e, na primeira parte do texto, avalia-se: — *Como as transformações espaciais /ambientais foram apropriadas nos códigos legais?* Ainda: — *Pode o impacto da cobrança ambiental ser problematizado e a partir de qual contexto histórico?* Por fim: — *Está a construção legal desse campo estudada pelo recorte local em acordo com as políticas nacionais?* Já em relação ao destaque do segundo momento do texto, partimos das questões: —*Até que ponto as memórias dos entrevistados se aproximam do discurso ecológico?* E: —*No caso do significado do pioneirismo presente nas fontes orais, ressignifica ele essas demandas sociais e ecológicas?*

SOCIEDADE E NATUREZA: PANO DE FUNDO E CAMINHO PARA UM ESTUDO DO CÓDIGO DE POSTURAS (1960) E DA ATUAL LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO (2012)

Ao voltarmos ao contexto da década de 1960 notamos como, nesse período (assim como no de 1950, caso extrapolemos o período de chegada dos entrevistados da nossa pesquisa e a própria formatação do código de conduta apresentado), as questões ambientais começam a ganhar corpo nas discussões históricas. De acordo com Hogan, as décadas de 1950 e 1960 podem ser denominadas na sociedade ocidental como um período pré-ecológico, e os anos 1970 e 1980, um período em que o assunto já havia emergido (HOGAN, 2007, p. 16)[6]. Essa relação entre meio ambiente e estudo histórico estava pautada pelo recorte local e, como destaca o autor, apenas a partir dos anos 1980 tem-se noção de que se tratava especificamente de uma visão global, do próprio processo de desenvolvimento capitalista. Curiosamente, uma vez imbuídos desse olhar da interdependia global dos impactos ambientais, retomamos agora nosso olhar ao recorte local-regional.

A título de contextualização podemos tratar do processo de transformação agrária evidenciada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) entre os anos de 1950 a 1980. Antes deste período, Campo Mourão, atualmente pertencente à mesorregião Centro Ocidental do Paraná, pode ser entendia a partir das influências de três processos migratórios, sendo eles advindos das transformações agrárias do Norte Velho, das frentes migratória advinda do Centro Sul, sobretudo de Guarapuava, e das práticas dos ervais atreladas ao processo de ocupação da mesorregião Oeste do Estado. Nos três casso tratamos de um recorte que corresponde a toda a primeira metade do século passado. Já em relação ao período correspondente a segunda metade daquele século podemos contar com as análises presentes em relatórios produzidos pelo IPARDES na década de 1980, cujo conteúdo desdobra-se na análise das transformações agrárias entre as décadas de 1960 a 1980, este sim, recorte de nossa abordagem.

Os índices constataram, dentre outras questões, a intensificação do êxodo rural em todo o estado. Um dos fatores que interferiram nessa dinâmica populacional pode ser buscado nos próprios esboços referentes às transformações na forma de produção rural, como, por exemplo, o que indica a intensificação da mecanização do campo e a concentração de propriedades, resultantes da expulsão dos trabalhadores para as cidades. Soma-se a esses dados o fato da modernização e industrialização de algumas regiões do estado não ter dado conta da absorção deste conjunto populacional.

O histórico de crescimento do Paraná rural indicou um crescimento acima da média nacional até os anos de 1960, com maior taxa na década de 1940, cujo crescimento da população rural equiparou-se a da urbana, e o momento de conversão da situação

[6] O autor destaca o caso das catástrofes de Donora, Pennsylvania, outubro de 1948; da névoa matadora em Londres, 1952, a doença dos gatos dançantes em Minamata, 1955, etc. destacando as repercussões das cobranças dos moradores das cidades e regiões afetadas pelas respostas da ciência.

no decorrer da década de 1970. As consequências, mesmo que não pudessem ser estabelecidas diretamente pelos índices, não faltaram à sequência do relatório. Numa delas o relatório apontou para a mudança na participação de médios e grandes agricultores no decorrer das décadas de 1970 e 1980, situação resultante da ampliação da cultura de soja e trigo, e na consequente modernização do campo, o que derivou na redução da categoria de parceiros e arrendatários. O relatório destacou ainda a passagem da predominância do tipo de mão de obra familiar para a não familiar e até mesmo ao número de utilização de tratores, índice que comprova o alto grau de modernização do campo, processos dos quais decorrem o êxodo rural e consequente migração para outras federações (IPARDES, 1983 – p 25)[7].

Neste contexto de transformação agraria foram construídos parte dos códigos de conduta municipais, como o de Campo Mourão. Em linhas gerais, o que se pode analisar lendo os documentos do Código e Postura e Obras (Lei Municipal nº 46/1964-Campo Mourão) é que houve, naquele momento, toda uma preocupação normativa com o processo de ocupação e de colonização das terras do município, principalmente no que envolvia o seu perímetro urbano. Essa análise da documentação indica que a ocupação dos denominados "espaços vazios" de Campo Mourão exigira procedimentos como regras e normas para tal empreendimento colonizador e isso solucionaria alguns entraves como:

> Todos esses terrenos e os que devam ser desapropriados de acordo com o disposto neste artigo serão declarados logradouros públicos e, em seguida, convenientemente regularizados e revestidos de vegetação, rasteira ou de pequeno porte que não venha, futuramente, pelo seu desenvolvimento, prejudicar a visibilidade da paisagem. (CÓDIGO DE POSTURA E OBRAS, art. 529, 1964).

Percebe-se, de antemão, a noção de paisagem ambiental buscada — rasteira — e talvez já se vislumbre aí uma certa postura teleológica (HARTOG, 2013) dos legisladores de então diante da questão ambiental ao abrirem espaço ao papel atribuído ao colono colonizador, aquele a quem caberia "seguir a regularização" ou, simplesmente, transformar essa paisagem. Outra preocupação que se apresenta a partir da análise do documento nos remete à questão higienista:

> A construção de cocheiras particulares, para animais de luxo, poderá ser permitida, a título precário e a juízo do Prefeito, desde que, além do que determina a presença da Lei em relação a esse gênero de construções, sejam adotadas as medidas que forem, pelo Diretor do Departamento competente, ouvido o Departamento de Saúde, julgadas convenientes, a fim de impedir que daí resulte incômodo, inconveniência ou prejuízo para as habitações vizinhas. Em qualquer tempo, no caso de ser verificada a inobservância das medidas impostas ou a supernação, por qualquer motivo de incômodo de inconveniência ou de prejuízo, a Prefeitura poderá impedir atualização e caso julgue conveniente, procederá a sua demolição. (CÓDIGO DE POSTURA E OBRAS, art. 4º, 1964, p. 35).

[7] A associação direta entre intensidade de mecanização e esvaziamento populacional foi ponderada no estudo, ao afirmar a inexistência de uma relação direta entre mecanização e a taxa de migração, havendo sim certa correspondência. Atentemos ao significado destas indicações serem produzidas ainda nos anos de 1980, ou seja, três décadas antes de nossa leitura, num momento em que se pudera sentir os primeiros reflexos dos resultados da modernização agrícola

E mais:

> Art. 189. É proibida a criação de animais e aves no perímetro urbano e na circunscrição de até quinhentos metros além dos perímetros urbanos do município, salvo os casos analisados e devidamente autorizados pelo Poder Executivo Municipal, casos que deverão ser precedidos de estudos de impacto de vizinhança (EIV) nos termos da Lei do Plano Diretor Municipal. (Campo Mourão, 1964).

Apesar das permanências, cabe informar que o embasamento científico higienista implica cobranças ambientais que não são sinônimas da preocupação ecológica de que se toma ciência principalmente a partir da década de 1980. Esta outra noção mais recente, sim, estrutura o código municipal atual:

> Art. 379. Compete à Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente evitar o comprometimento das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente: Solo, Subsolo, Água e Ar, através de substâncias sólidas, líquidas, gasosas, ou em qualquer estado de matéria que direta ou indiretamente possam:
>
> **I -** criar condições ofensivas à saúde, à segurança e ao bem-estar públicos;
>
> **II -** prejudicar a flora e a fauna;
>
> **III -** contaminar nascentes e cursos d'água
>
> **V -** contaminar o solo e o subsolo;
>
> **V -** poluir o ar;
>
> **VI -** afetar a paisagem natural (CAMPO MOURÃO, 2012).

Na comparação do código de 1960 com o de 2012 percebemos as transformações e mudanças sociais, econômicas, culturais que envolveram o período. Por exemplo, a relação direta estabelecida entre poluição e saúde dos moradores; a permissão/regulamentação das queimadas na lavoura; o papel de fiscais; e, além de tudo isso, o próprio vocabulário técnico com o qual as pessoas passariam a lidar: "contaminar", "propriedades, físicas, químicas e biológicas", etc.

Tomando ciência das rupturas e permanências, a pesquisa comparada desse campo legal não deixou de fazer referência a uma política maior, de nível nacional, numa relação constatada na análise da reformulação da Legislação Ambiental Básica Brasileira (Ministério do Meio Ambiente, 2008), realizado no período abordado (dos anos de 1960 aos dias atais). Entre as leis que destacamos estão O Estatuto da Terra (Lei Federal n° 4.504/1964), o Código Florestal (Lei Federal n° 4.771/1965), Lei de Proteção à Fauna (Lei Federal n° 5.197/1967) e Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei Federal n° 6.766/1979). Se desde os anos 1960 percebe-se a intensificação do esforço em determinar limites para a transformação do meio ambiente, estas cobranças se tornam contraditórias se avaliarmos o contexto de Marcha para o Oeste, cuja ideologia do progresso esteve resguardada em políticas dos anos de 1940, que se seguiram nos processos de ocupação-colonização de terras durante os anos 1960 e 1970.

Mesmo que reconheçamos no processo de colonização regional esforços de regulamentação da ação humana sobre a natureza, é apenas a partir dos anos 1980, com a Lei Federal nº 6.938/1981 — que cria o Sistema Nacional de Meio Ambiente —, que o cidadão e o meio ambiente passaram a ser amparados de maneira significativa pelo Estado, um marco para o Direito Ambiental, pois, com essa ação concreta, o Estado traduz o significado de qualidade de vida à população na relação com a natureza e naquilo que tange à preservação do ambiente natural.

A aplicação das políticas ambientais se dá numa intensidade maior no decorrer dos anos de 1990 e 2000. Esse período de evolução legal do campo do Direito Ambiental traduz os anseios preservacionistas de uma parcela da população e se apresentava como um instrumento para a política e a economia[8].

Para justificar de maneira direta tal constatação basta ainda que seja analisado o índice temático Legislação Ambiental Básica em vigor[9] (BRASIL, 2008) e reorganizá-lo numa análise cronológica. Salvo algumas exceções, como a Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Institui o Novo Código Florestal), e o artigo 225 da Constituição Federal, constatamos que a legislação ambiental é decorrência positiva de um debate construído principalmente em fins dos anos 1990 e durante a década seguinte. Vale destacar que esta constatação de progresso legal não poderia resultar numa relação direta com as práticas feitas pelos sujeitos, pois cada instância — a legal e a das práticas — segue ritmo diferenciado historicamente e isso é algo testado na e pelas memórias na pesquisa com o município de Campo Mourão.

Se de acordo com Rafael Samuel, a História local requer um tipo de conhecimento diferente, dependente do entusiasmo do historiador que toma a localidade como "uma janela para o mundo" (SAMUEL, 1990, p. 229), foi dessa janela, a partir da preocupação não apenas com a denúncia do impacto ambiental, que procurarmos avaliar as memórias da "abertura" da cidade, análise que envolve reivindicações pela inserção na memória oficial local.

NAS ENTREVISTAS AS RESISTÊNCIAS E A REIVINDICAÇÃO PELO LUGAR NA HISTÓRIA DA CIDADE

Concomitante com a contextualização e com o levantamento legal discutido acima, ocorreu a produção de entrevistas. Elas pautaram-se na interpretação do imaginário sobre o pioneirismo no qual é atrelado ao suposto papel dos desbravadores todo um trato com a natureza. Trata-se de uma história de progresso social e econômico, numa caminhada quase obrigatória, ininterrupta e progressiva, que elege como tare-

[8] É o que demonstra o estudo histórico do período de redemocratização brasileira, momento no qual políticos, artistas e intelectuais retornam do exílio, trazendo consigo debates sobre preservação do meio ambiente dentro de um cenário de empréstimos internacionais marcados pelas cobranças ecológicas (GONÇALVES, 1990).

[9] Estruturado da seguinte maneira: Constituição Federal; Política Nacional do Meio Ambiente; Flora; Educação Ambiental Águas; Fauna; Unidades de Conservação; Crimes e Infrações Administrativas, Ambientais e Patrimônio Genético, a Proteção e o Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado a Repartição de Benefícios; Organismos Geneticamente Modificados; Povos e Comunidades Tradicionais.

fa retratar os grandes feitos locais. Na maioria das entrevistas enfatiza-se a imagem daquele que venceu os desafios do sertão. A propósito, observa-se que, na década de 1960, os personagens trazidos nas narrativas são apresentados diante das adversidades do processo de colonização regional, ocupando o papel de responsáveis pela produção agrícola. Ouvindo essas fontes, o que inquieta e chama a atenção é o modelo de história utilizado para criar e fixar a ideia de que o município é um lugar que, desde sua formação, nasceu predestinado ao progresso. Suas terras, uma vez desbravadas e posteriormente mecanizadas, passam a ser representadas como férteis e produtivas.

Nas memórias também temos exemplos de um modelo de história que busca nas origens do lugar a resposta para afirmar o progresso da cidade e estabelecer na leitura do passado uma verdade. Na entrevista feita com senhor Stéfano, morador de Campo Mourão desde a década de 1940, temos:

> Nós, quando chegamos aqui, viemos de Arapongas para cá, não tinha asfalto, não tinha ponte, não, nada, e chegamos tinha umas trinta e cinco ou quarenta casinhas. Não tinha nada, não tinha luz — é, tinha muita grilagem de terra, tinha certa época aí que dentro de trinta dias era trinta mortes por causa de terras [entre os atuais municípios de Campo Mourão e Peabiru]! Por causa de disputas de terras, era muito bandido, mas naquele tempo tinha mais madeira, é, serraria, essas coisas que funcionava e lavoura tinha só samambaia. Daqui a Luiziana eram só samambaia e formiga saúva. Era umas trinta casas aqui também, não tinha luz aqui também, era só a custa de carvão, tinha a luz, mas era tocado o combustível diesel, mas quando queimava... [motor gerador de luz]" (ESTÉFANO. Campo Mourão, jul. 2013. Entrevista cedida a Fabio Vedovato).

O marco de partida foi o da dificuldade, sendo, inicialmente, a própria dificuldade de se chegar até ali, no sertão. Além da necessidade de vencer a saúva — um problema nacional para os planos da Marcha para o Oeste, a dificuldade existe no próprio fato de se garantir terras diante dos atos de violência decorrentes da grilagem. Possivelmente os trabalhadores daquela época, e assim podemos concluir ouvindo a sua fala, tiveram, além do mérito de tornar agricultável o sertão, a incumbência de vencer, com seu trabalho, a "bandidagem".

Noutra passagem, o entrevistado volta a enfatizar aspectos da paisagem e projeta a cidade atual no passado:

> Mas era pinheiros, serraria, madeira. Naquela época soja ninguém plantava porque a terra tinha muita formiga saúva e samambaia. Depois então o pessoal do Rio Grande do Sul, aí então começaram a calcaria e preparar a terra e aí começou a produzir o alimento, de plantar soja, milho e porque naquele tempo não dava para plantar nada porque a formiga saúva comia tudo e depois que calcarizaram, preparam a terra, foi uma maravilha. Aí pegou preço, né, daqui, em Luiziana podia comprar terra a mil cruzeiros de réis o alqueire, que naquele tempo, não valia nada e hoje em dia vale quanto será? Foi uma transformação muito grande, né". (ESTÉFANO. Campo Mourão, jul. 2013. Entrevista cedida a Fabio Vedovato).

Da cidade lembrada pelas dificuldades de se produzir e morar, pouco valorizada pela especulação mobiliária, encaminha-se para um lugar de valor econômico e, talvez, de qualidade de vida. Da madeira para a soja, para o alimento, e com isto a cidade, ironicamente, vive a sua revolução verde ao substituir a samambaia, a saúva e o pinheiro pela soja. E se, por um lado, ela se transformou na cidade da fartura, por outro também foi lembrada pelos desafios que significou aos pioneiros.

Essa mistura, se assim podemos tratar essa realidade rememorada, entre nostalgia e sentimento de dever cumprido consta por outros significados na entrevista feita com Dona Angélica, moradora de Campo Mourão. Em comum com o seu Estéfano, ela enfatiza o seu processo de inserção na história da cidade justamente pelas maneiras como lidou com a natureza:

> [...] eu lembro tão bem como se fosse hoje, nos estávamos lá na chácara já e a mamãe disse: "A vó está chegando", em uma carraçona grande com 4 animais e mais um amarrado atrás na carroça que vem descansando, o animal que vem trocando. Ah! Mas para mim aquilo ficou marcado na memória, chego até me arrepiar, para mim foi a maior festa ver que a minha avó vinha chegando de Guarapuava, porque a gente aqui estava num sertão, era campo só e tinha muitas frutas: orvai, a capote, a gabirova verde do campo, aquela amarela grande da árvore; a orvai, uma fruta muito bonita ainda tem na chácara Piacentine, lá em baixo, tem um pé de orvai; o araçá, que é uma fruta verde parecido com a goiaba, aqui tinha uns pés de araçá na rua também, mas acho que já cortaram. Então tinha muito aqui, sabe, interessante, tinha um fruto que eu conhecia a arvorezinha por causa da flor. Ela dava um galho grande com bastante flores, umas flores tudo repicadinha, com umas coisinha cumprindo com uns fiozinho cumprido amarelo, e quando eu "parava" com a vovó, porque depois eu ia para a chácara, quando o papai ia me trazer, ele ia longe pegar o cacho de flor para mim, porque até os cincos anos era só eu de filha. Então eu fui muito adulada (TROCHMAM, Angélica. Campo Mourão, ago. 2013. Entrevista cedida a Fábio Vedovato).

O desafio de se viver no sertão não deixou de ser enaltecido e marca a narrativa, mas uma das maneiras de voltar à temática ambiental se deu pelo destaque à qualidade de vida relacionada à fartura de frutas, algo comparado à alegria da presença da avó, que, para visitá-los, desbravava as dificuldades de deslocamento. O bucólico também implicou dificuldades. Ela se diz pioneira, pois conhece as frutas hoje em "falta", frutas que o jovem que a entrevistava possivelmente não conheceria. Outros exemplos da sua entrevista demonstram mais dessa relação estabelecida entre conhecer a natureza, participar da sua transformação e, com isto, se inserir num lugar de destaque nas memórias locais:

> Olha, nós temos um cedro aqui em Campo Mourão, que as pessoas, muitos negam que aquele cedro não brotou da cruz da minha bisavó, mas os bem antigos, que nem, sabem. Eu tenho um primo que tem 96 anos, senhor Eurides, ele conta, ele diz que é comprovado, aquela cruz brotou de uma árvore de cedro porque eles cortaram o cedro verde e fizeram uma cruz e enterraram ali, por que ela morreu dentro da propriedade dela [a pessoa lembrada havia sofrido uma queda do cavalo] e morreu ali naquele

> local e nesse local foi enterrada: "Olha, já falei com a Édina [organizadora do museu local] para colocar o nome dele em alguma rua ou alguma coisa.". (TROCHMAM, Angélica. Campo Mourão, ago. 2013. Entrevista cedida a Fábio Vedovato).

A fala é emblemática justamente por referendar que a reivindicação do posto de pioneiro mais uma vez está atrelada ao contato de décadas, desde as origens, com o meio natural e implica a sua utilização como instrumento para reivindicar uma memória dos pioneiros. Afinal, por intermédio de seu primo, de 96 anos, ressalta, ela conhecera a origem do "mito" local da cruz de cedro; da cruz da sua bisavó crescera o "polêmico" pinheiro — um mito que somente os "bem antigos" reconhecem. O tempo no local aproxima-se, de certa forma, do tempo da natureza e atesta a reivindicação — tão antigo quanto o pinheiro. Ela, assim como os outros entrevistados, reclama para sua família, para sua bisavó, para seu primo, etc., um posto de pioneiro, uma posição mais presente dentro da história oficial da cidade, algo representado pelo fato de ser reconhecida no museu local e ainda de serem homenageados com o nome de uma rua.

Os relatos são de pessoas que, de certa forma, são vistas como pioneiros da cidade. Mesmo assim, no entanto, em algum momento se tornaram personagens "secundárias" dentro dessa lógica memorialista. E, se a principal alternativa de reivindicar um lugar nas memórias oficiais seria a via conquista do meio ambiente, uma cobrança outra se dá timidamente, admitamos, pela compreensão precoce das demandas ecológicas. E, mesmo que a principal resposta às questões sobre a preservação ambiental se limitava a resposta do tipo "Isto ainda não existia naquela época", isso não indica a negação da postura ecológica e é o que percebemos com outra fala de dona Angélica ao lembrar-se de uma passagem no colégio onde estudou e da relação com a sua professora – a irmã (freira) responsável pela turma: "[...] e ela fazia passeio ecológico com as crianças, isso em 1945!" (TROCHMAM, Angélica, 2013).

Percebamos: "Isto em 1945!". Tal perspectiva de análise nos remete às diferentes apropriações da relação entre a causa ambiental e o progresso regional, levantadas nas entrevistas. Assim, portanto, o pioneiro mais as qualidades do local formavam um par indissociável, entretanto, falta-lhe ao pioneiro, muitas vezes, um lugar na memória oficial; e, de fato, a possibilidade de falar sobre o meio ambiente, e de se dizer apto para assim transformá-lo, apresenta-se como um dos caminhos escolhidos.

Neste estudo, no processo de interpretação das fontes, questionou-se uma visão binária, maniqueísta, construída numa expectativa *a priori*, ou da reprovação ou do enaltecimento da causa ambiental, da urbanização, do pioneirismo, da cultura do trabalho, etc. A esse propósito é que nos aproximamos dos estudos de memória de Portelli e percebemos como o trato com as narrativas implicam a construção de um texto dialógico. Nessa gama de problemáticas teve-se por base o olhar às ressignificações, às resistências e às negociações apresentadas pelos sujeitos entrevistados. Tanto os documentos normativos quanto as narrativas que se pautam nas experiências cotidianas expressam o múltiplo e o descontínuo, rompendo o homogêneo, justamente porque

anunciam o cotidiano de lutas — lutas, inclusive, pelo lugar na história oficial local. Lidamos aqui numa perspectiva metodológica e epistemológica pautada no conceito de "memórias divididas" (PORTELLI, 1996)[10] em contraposição às memórias dicotômicas e isso contribui com a problemática, quando avaliamos a necessidade de se analisar, diante de histórias de vida, algo que não se limite à valorização do progresso em detrimento das questões ecológicas, ou vice-versa. Os sujeitos, na maioria, não se colocam unicamente em um desses campos e, assim, negam o outro. Ora se dizem vencedores por conquistar o meio ambiente, ora, por saber respeitá-lo.

ALCANCES DA PESQUISA E POSSIBILIDADES DE MAIS DIÁLOGOS

A pesquisa histórica pode revelar a preocupação com novos problemas, como os das questões ambientais, o que é um debate presente, ao menos no mundo de expressão europeia, desde o final do século XVIII, mas pouco discutido fora da esfera da intelectualidade; a grande novidade das últimas décadas esteve exatamente na difusão desse tipo de debate para uma parcela muito mais ampla da esfera pública. Se os saberes acadêmicos foram desafiados e estimulados, os historiadores que se colocam a dialogar com a temática foram também desafiados especialmente pelas mudanças epistemológicas consolidadas no século XX, as mesmas já em gestação nos séculos anteriores, voltadas ao entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana (PÁDUA, 2010).

A análise apresentada abrangeu dois caminhos epistemológicos, e encaminhou-se para um terceiro, sendo um deles o de se entender como a natureza influencia a história humana ou, do contrário, outro voltado à leitura de como os homens transformam a natureza e o terceiro, o reconhecimento dessa tensão a partir da relação com as leis e as apropriações delas nas memórias. Isso implica uma atenção às identidades, e elas são múltiplas, negociáveis e entendidas diante da análise do lugar social ocupado pelos sujeitos históricos; sabendo-se que esses mesmos sujeitos vivenciam mitos, se relacionam com condições históricas e, como nos lembra Stuart Hall, negociam com suas identidades (HALL, 2005).

É preciso entender cada época no seu contexto histórico, geográfico, social, tecnológico e cultural; e se, como dito, a questão ambiental só vai "aparecer" em um momento recente da trajetória humana, mas, no entanto, pode-se dizer que as relações ambientais já estavam presentes, sendo percebidas, ou não, segundo os padrões cultu-

[10] O autor apresenta a questão discutida quando apresentou estudo sobre a cidade de Civitella Val de Chiana, na qual ocorrera, em junho de 1944, o massacre de 115 civis italianos mortos em um único dia pelos soldados alemães, em retaliação à morte de dois soldados alemães, pela Resistência italiana. Ao questionar a principal construção teórica e metodológica sobre o estudo desse massacre, até então pautada numa divisão, entre, de um lado, uma memória "oficial" - que comemora o massacre como um episódio da Resistência italiana, ou seja, como exemplo para o nacionalismo italiano e, por outro, uma memória local, comunitária, preservada pelos sobreviventes – a memória do luto e das revoltas contra o posicionamento do Estado, e que atribui a culpa das atrocidades a própria resistência que se deu fora dos muros do povoado, e que provocou a ira dos alemães. Uma divisão do estudo das memórias, de um lado marcada por uma postura ideológica e nacionalista, e de outro, com uma memória do luto, subjetiva e local. Portelli julgou essa divisão enquanto dicotômica e simplista, e destacou, em seu estudo do caso, que toda memória é, ao mesmo tempo, ideológica e subjetiva, restando a necessidade do estudo da multiplicidade de memórias entendidas diante de um estudo processual.

rais de cada período. Assim, não se trata, portanto, de projetar categorias ambientais e ecológicas do presente no passado. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 — tomando aqui os cuidados com generalizações —, a temática histórica direcionou-se à análise da conquista, do progresso e com as preocupações ambientais em torno das demandas urbanístico-higienistas. Já durante a década de 1990 e início do século XXI, a marca foi a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável e de preservação do meio ambiente.

A abordagem e o recorte local desse debate direcionaram a problematização do conceito de comunidade, seja ela a comunidade "citadina", do progresso e ou a comunidade sustentável "ambientalmente" —, todas elas vivas nas memórias; conforme destaca Zygmunt Baumam (2003) isto cobra dos moradores um preço a se pagar pelo viver comunitário: "[...] ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada 'autonomia', 'direito à auto-afirmação' e 'à identidade'" (p. 10).

Nos dois tipos de aplicação de nossa metodologia, a relação com a natureza vista na e pela importância da comunidade local – e no limite de seu alcance — esteve atrelada às novas leituras e visões de mundo e, portanto, foram ressignificadas a partir das construções sociais e culturais. Isso pode ser demonstrado nas rupturas e nas permanências que constam nas reformulações dos códigos municipais e nas falas de Estéfano e Angélica.

A construção das entrevistas envolveu, no caso da nossa temática, o desafio de pensarmos a relação entre sociedade e natureza pelo estudo de memórias. As contribuições teóricas de Leff, estudioso da epistemologia ambiental, auxiliam para demonstrarmos como a História Ambiental se preocupou, até os anos 1970 e 1980, apenas com o estudo dos impactos de processos econômicos ou modos de produção sobre a natureza. Ou seja, a História do impacto do capitalismo. Para ele, um trabalho voltado ao meio ambiente deveria ir além dessa proposta e construir uma base epistemológica voltada à própria história do conceito de ambiente. Nesse sentido, propõe a relação entre a problemática ecológica e a econômica no campo cultural, para enfim se chegar àquilo que denomina com a expressão "complexidade ambiental" (LEFF, 2006. p. 15)[11]. Dentre as possibilidades citadas, adotamos a preocupação com a investigação por uma via hermenêutica (LEFF, 2005, p. 18) ao historiarmos a relação entre sociedade e natureza num diálogo com os propósitos da História local/regional e com as contribuições metodológicas da História Oral[12].

[11] O autor posiciona-se criticamente em relação à neutralidade do cientista, que toma sempre o meio ambiente enquanto objeto, homogeneíza-o e que, dessa maneira, neutraliza a tomada de consciência sobre conflitos ambientais. (2006). A sua renovação epistemológica converge em quatro vertentes para o estudo da história ambiental: (i) a história epistemológica da complexidade ambiental; (ii) a hermenêutica das narrativas sobre relações entre sociedade e natureza; (iii) a complexificação dos tempos na era da sustentabilidade; e (iv) os atores sociais, o movimento ambientalista e a abertura da história

[12] A proposta de racionalidade ambiental de Leff, pautada na pesquisa das tradições que ligam homem e natureza, aproxima-se, em parte, de nossos propósitos quando nos detemos na análise das memórias. Enquanto o autor procurou propor a reconciliação entre homem e natureza, partirmos dessa relação para avaliarmos um processo migratório e nele as maneiras como os sujeitos se referiram aos lugares por onde transitaram e onde viveram. Isso implicou o entendimento sobre a constante construção de um comparativo entre as paisagens – do Paraná e das regiões da Amazônia Legal - e como elas foram apropriadas nas memórias, ora enquanto lugares a serem transformados, ora diante de sua imponência natural. Cabe destacar que diferentemente da abordagem metodológica proposta por Leff preocupado com o estudo de povos tradicionais, nossos entrevistados foram outros, os moradores que se intitulam pioneiros.

O que caracteriza a discussão ambiental destacada envolve um cuidado epistemológico e dele avalia-se o quão tênue se encontrava a fronteira entre a crítica de modelos econômicos e a construção conceitual àquilo que Candäu (2011) denominou "metanarrativas". Para o autor "Os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação de lembranças, sem que por isso seja determinada a via que cada um vai seguir" (CANDÄU, 2011, p. 35). Não seria então o caso de substituir mecanicamente uma memória organizadora – a do pioneirismo ─ por outra, da sustentabilidade, afinal: "[...] algumas vias são objeto de uma adesão majoritária, mas memórias dissidentes preferirão caminhos transversais ou seguirão outros mal traçados. Assim, o compartilhamento memorial será fraco ou quase inexistente (Idem, Ibidem)". Reconhecida essa tensão é que buscamos problematizar, a partir de uma fundamentação do campo legal, o contraponto com memórias e assim trazer mais memórias fortes (como a do pioneirismo) e fracas (como a das preocupações com a preservação da natureza). Quiçá o conceito de pioneiro já implique assumir automaticamente uma concomitante vanguarda na preservação ambiental, posição projetada e ou rememorada nos tempos da "colonização regional".

FONTES CONSULTADAS

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). *Paraná:* características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990. Curitiba, 1983. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/pr_caract_demografica_10_83.pdf> Acesso em: 22/jan 2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO. *Código de Posturas e Obras*. Lei. Municipal nº 46/1964, de 3 de dezembro de 1964.

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO. *Código de Posturas*. Lei Municipal nº 46/1964, de 15 de junho de 2012.

REPÚBLICA Federativa do Brasil. Ministério do Meio Ambiente. *Legislação Ambiental Básica*. Consultoria Jurídica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, UNESCO, 2008. 350 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/ 0016/001611/161188por. pdf>. Acesso em: 12 out. 2011.

ENTREVISTAS:

TROCHMAM, Angélica. Campo Mourão, ago. 2013. (Entrevista cedida a Fábio Vedovato).

DOMANSKI, Estéfano. Campo Mourão, jul. 2013. (Entrevista cedida a Fábio Vedovato).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo B. Wagner. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos. *R. B. Estudos Urbanos e regionais*, v. 6, n. 1, maio 2004.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. *Revista História*. São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.

BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado*. São Paulo: Annablume, 2010.

LEFF, Enrique**.** Construindo a historia ambiental da América latina. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 13, n. 12,**,** 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/383/9913>. Acesso em: 17 ago. 2013.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, 1999. Disponível em: <http ://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2319>. Acesso em: 8 nov. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*: a busca por segurança no muno atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CANDÄU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, C.; VAINFAS, R. *Domínios da história*: ensaios, teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, 1991.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. A "Mística do pioneirismo", antídoto contra o socialismo. *Revista de História Regional*, Departamento de História da UEPG, v. 2, n. 1, verão, 1997. Disponível em: ≤http://www.revistas2.uepg.br/ index.php/rhr/article/viewFile/2028/1511>. Acesso em: 10 jan. 2013.

GERHARDT, Marcos. História ambiental e imigração no Rio grande do sul. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, set. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/21757976.2011v18n25p73>. Acesso em: 10 jan. 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (dês)caminhos do meio ambiente*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

HARTOG, François. Aristóteles e a história, mais uma vez. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 13, p. 14-23, dez. 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LEFF, Enrique. Construindo a historia ambiental na América Latina. *Esboços*, UFSC, Florianópolis, v. 12, n. 13, 2005.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 1998.

MARTINS, Marcos Lobato. *História regional* - novos temas nas aulas de história. São Paulo: Contexto, 2010. p. 135-152.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Uma história ambiental no Brasil. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 14, n. 20, jul. 2008. Disponível em: <https:// periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/208/9916>. Acesso em: 22 nov. 2013.

MISKIW, Antônio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros*: conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2002. (Dissertação em História).

NADALIN, Sérgio O. *Paraná*: ocupação do território, população e migrações. Curitiba, PR: SEED, 2001.

PAGLIARINI JUNIOR, Jorge. *Memórias de lutas, lutas pelas memórias*: o Reassentamento São Francisco de Assis. Universidade Estadual do Oeste do Paraná ─ Campus de Marechal Cândido Rondon, 2009 (Dissertação de Mestrado em História).

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val d Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Morais & AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996 (103-130).

_____**.** O que faz a história oral diferente. *Revista Projeto História*, São Paulo, PUIC/SP, n. 14, p. 7-27, 1997.

QUINTSLR, Suyá. Amazônia: disputas materiais e simbólicas. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 11, n. 1, maio 2009.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In: *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, p. 219-242, set. 1989 / fev. 1990.

SCHREINER, Davi Felix. Práticas e representações na formação de uma cultura do trabalho. *Esboços* (UFSC), Florianópolis, p. 16-25, 1994.

Artigo recebido em: 22/10/2013

Artigo aprovado em: 15/11/2013